

6ª FASE "LIBERTAS"

Operação resgata travestis submetidas ao trabalho análogo à escravidão

AÇÃO FISCALIZOU ALOJAMENTOS EM SITUAÇÕES INDIGNAS DE CONVÍVIO E MORADIA

■ IGOR MARTINS E BRUNA MERLIN

Foi deflagrada na manhã desta terça-feira (15) a 6ª fase da Operação Libertas que investiga casos de exploração sexual de mulheres transexuais em Uberlândia. Desta vez, a ação, realizada pelo Ministério Público do Trabalho junto ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), teve como objetivo o resgate de pessoas que foram submetidas ao trabalho análogo à escravidão.

Além de Uberlândia, a força-tarefa também foi deflagrada em Criciúma (SC). Ao todo, quatro imóveis foram fiscalizados em Uberlândia e dois em Criciúma, incluindo alojamentos em situações indignas de convívio e moradia. A ação contou com a participação de auditores-fiscais do Trabalho, promotores do Trabalho e da Justiça, e de policiais federais e militares.

Os imóveis alvos da operação também foram fiscalizados pela Vigilância Sanitária, sendo que um foi lacrado e interditado nesta manhã.

Segundo o promotor Thiago Ferraz, nos locais foram encontrados colchões velhos, paredes mofadas, geladeiras trancadas e animais. "Elas eram obrigadas a pagar para ficar nesses locais insalubres e em condições de extrema vulnerabilidade. Além disso,

eram forçadas a trabalhar para pagar dívidas e muitas vezes por meio de ameaças e violência", explicou.

Ainda de acordo com Ferraz, as vítimas serão acolhidas e encaminhadas para hotéis da cidade. O quantitativo de pessoas resgatadas ainda está sendo contabilizado pela auditoria fiscal e deverá ser divulgado no fim do dia.

■ DIREITOS

De acordo com o auditor-fiscal do Trabalho, Magno Riga, a prostituição é não proibida no Brasil, portanto as vítimas não sofrerão sanções por exercer a função. Conforme dito por ele, o objetivo da operação é que as mulheres transexuais possam ter condições dignas e de liberdade de trabalho.

Ainda de acordo com Riga, as vítimas resgatadas terão direito ao seguro-desemprego especial, que é pago em três parcelas de um salário-mínimo, disponibilizado pelo Tesouro Nacional. Os empregadores das mulheres, que foram identificados ao longo da operação, serão responsáveis por pagar verbas salariais e rescisões.

"Eles serão notificados para o pagamento desses direitos que essas mulheres não tinham. Se não houver a quitação ao longo do procedimento administrativo, o Ministério Público do Trabalho (MPT) irá ajuizar ações civis públicas buscando judicialmente as indenizações e o pagamento



Os imóveis alvos da operação também foram fiscalizados pela Vigilância Sanitária

das verbas", explicou.

■ OPERAÇÃO LIBERTAS

A primeira fase da Operação Libertas foi deflagrada em novembro de 2021. Na época, a ex-vereadora Pâmela Volp foi presa e segue sendo investigada por ser a mandante e participar de crimes contra travestis da cidade.

Os principais crimes investigados são associação criminosa, exploração sexual, manutenção de casa de prostituição, roubo, lesão corporal, homicídio, tentado e consumado, constrangimento ilegal, ameaças, posse, porte de arma

de fogo e tráfico humano.

As apurações demonstram a existência de uma associação criminosa voltada a estabelecer o monopólio da exploração sexual de travestis e transsexuais na cidade e região, através de ameaças, lesões corporais graves contra quem tenta praticar a prostituição de forma independente do grupo criminoso.

As investigações ainda apontam que o consórcio criminoso explora uma grande rede de prostituição envolvendo travestis e transsexuais, assim como financia procedimentos estéticos, como silicone industrial, realizados clandestinamente e de forma ilegal.

A MELHOR ESTRUTURA PARA
A MELHOR FORMAÇÃO.

OBJETIVO

OBJETIVO
É APROVAÇÃO

MATRÍCULAS ABERTAS

9 RUA DA CIÊNCIA, 82 - MORADA DA COLINA 3219-4041 99107-1323